

# MPM

# Notícias



Editorial - 2

Ação e Mídia - 3

Solenidades e Eventos - 4 / 5

Intercâmbio e Cooperação - 5

Política Institucional - 6 / 8

Administração e Equipamentos - 9

Valorização e Aperfeiçoamento - 9

Autonomia e Integração - 10 / 11

Sedes e Reformas - 12



*Edição Especial*

*Ministério Público Militar*

*Abril 2003*

Completar um ano na função de procuradora-geral de uma instituição como o Ministério Público Militar, mais que um desafio é uma grande responsabilidade. O exercício de altos cargos nas instituições públicas impõe ao seu ocupante, além da rigorosa e fiel observância da lei e normas específicas de administração, principalmente a visão de idealismo próprio e o mais profundo vínculo com os seus destinos. Desprovida da força de um ideal, desamparada da visão de seus objetivos, nenhum organismo público poderá alcançar progresso e se fortalecer ao longo de sua existência.

Estamos numa época em que ressurgem para as sociedades brasileira e estrangeira, temas que envolvem conflitos armados, ataques terroristas, direito internacional humanitário, atuação das Forças Armadas em crises de violência urbana, tráfico de armas, morte de promotores e juízes, e muito mais.

Esse contexto histórico requer muita reflexão e ações para adequação de papéis e funções de entidades governamentais, civis e militares, que têm por responsabilidade a manutenção da paz, a realização da justiça, e a preservação dos direitos em geral.

Acredito que o MPM está inserido nesse novo cenário que se desenha como uma instituição imbuída de atribuições relevantes e capacidade para busca de soluções eficazes. Contudo, é claro que ajustes são necessários quando uma nova ordem social se estabelece. Por isso, também, aumentam-se os desafios e as responsabilidades.

As gestões de mandatos se caracterizam através dos programas, dos projetos, dos planos, enfim, da perseguição aos ideais de permanente crescimento de consolidação dos objetivos e do mais exato cumprimento dos deveres legais impostos pela Constituição e pelas leis.

Ao assumir a titularidade da Procuradoria-Geral, com expressivo apoio do Conselho Superior, propugnei por adotar uma condução institucional que priorizasse critérios objetivos de administração, afastando casuísmos e circunstanciais atenções dirigidas. Nesse primeiro ano de gestão, procurei, então, dentro das possibilidades, consolidar a imagem institucional por meio de distintas ações e promover, sobretudo, o fortalecimento da estrutura interna, através da adoção de melhores condições de trabalho, busquei solucionar questões mais emergentes para solidificar bases capazes de sustentar as demandas que nos são e serão destinadas. Da mesma forma, os órgãos da administração central – Corregedoria-Geral, Câmara de

Coordenação e Revisão e Conselho Superior – receberam mais adequado e próximo apoio, firmando suas estruturas e permitindo a inteira execução de suas atribuições. Na coordenação das atividades relativas ao 1º grau procurou-se fixar parâmetros impessoais, dando-se destaque à constituição de grupos tarefas para atuar nos casos criminais de maior complexidade.

Já o relacionamento com instituições congêneres, as Forças Armadas, Poder Judiciário, Defensoria Pública e outras organizações governamentais e não governamentais adquiriu caráter permanente no viés da política institucional. Aproximação e respeito foram os temas desta atividade voltada sempre ao melhor cumprimento de nossas destinações.

Para uma Instituição próxima de completar um século, a fruição de apressados doze meses pode não significar muito. No entanto, o último ano representou conquistas e realizações institucionais e administrativas que seguramente marcarão também a história deste Ministério Público.



Marisa Terezinha Cauduro

Foram enfim muitas ações. Por isso, quero compartilhar com todos os integrantes da instituição que se aprimora e robustece a cada dia, os resultados desse primeiro ano de gestão que aponta novos rumos para o Ministério Público Militar, no recém iniciado século XXI.

Quero agradecer o empenho de todos os membros e servidores efetivamente comprometidos com o desenvolvimento do órgão e para o bom desempenho das atividades institucionais.

Nos últimos doze meses não me faltou o idealismo, presente desde os primeiros dias na carreira; como também jamais deixei de visualizar, objetivamente os destinos do Ministério Público Militar. Conto com todos para a continuidade do segundo ano que já iniciamos e convido-os à leitura desta edição especial.

## Ministério Público da União

**MPM notícias** - Informativo do Ministério Público Militar - Publicação de circulação dirigida, editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Gráfica Del Rey.

Editora - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF  
Jornalista - Hebert França  
Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruxen  
Apoio técnico/administrativo - Mônica Sousa/José Luiz Lima

## Ministério Público Militar

**Marisa Terezinha Cauduro da Silva** - Procuradora-Geral da Justiça Militar  
**Edmar Jorge de Almeida** - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar  
**Carlos Frederico de Oliveira Pereira** - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão  
**Péricles Aurélio Lima de Queiroz** - Corregedor-Geral  
**Berta Martha Wernik** - Chefe de Gabinete  
**Pedro Alberto da Silva Alvarenga** - Diretor-Geral

## Procuradoria-Geral da Justiça Militar

## Ação e Mídia

Completando neste mês um ano de gestão da procuradora-geral Marisa Terezinha Cauduro da Silva, o *MPM Notícias* traz nesta edição especial as ações mais importantes já implantadas, desde que assumiu o cargo em abril (8) do ano passado. "A proposta aqui é fazer uma retrospectiva dos dois blocos temáticos descritos em seu Programa de Ação: a Política Institucional e a Política Administrativa", diz a Assessora de Comunicação Institucional Solange Pereira.

Um dos pontos a se destacar é a transparência em atos e decisões, característica fundamental dessa gestão. Nesse sentido, além da utilização ampla dos meios de comunicação já existentes no órgão, como boletins de serviço e ofícios, foi criada a Assessoria de Comunicação Institucional – Ascom. Sua função é viabilizar a disseminação das informações de interesse da entidade, interna e externamente, buscando o fortalecimento da sua imagem institucional perante todos os integrantes do MPM e diante dos públicos civil e militar. Essa atitude promoveu a divulgação do Ministério Público Militar na mídia, o que pode ser confirmado pela crescente presença de membros e da instituição na grande imprensa.

A maior proximidade entre o Ministério Público e o chamado "quarto poder"



Capa da 18ª edição



Conselho Editorial

– a imprensa – torna o MPM mais presente e atuante, visto que a circulação da informação e conseqüentemente a chegada das denúncias ficam facilitadas. É o que ocorreu no Rio de Janeiro com a criação, pela procuradora-geral, de um Grupo de Trabalho formado por promotores e procuradores para investigar denúncia feita pelo jornal "O Globo", sobre o suposto envolvimento de militares no fornecimento de armamento bélico das Forças Armadas para o crime organizado. Esse grupo está pesquisando todos os casos de armamento desaparecido nas Forças Armadas desde 1990. Entre outros veículos que também noticiaram as ações institucionais ou até mesmo os necessários posicionamentos do MPM frente aos casos de repercussão nacional, neste primeiro ano de gestão da procuradora-geral Marisa Cauduro, estão: a Revista Direito Militar - da Amajme, "Rádio Verde Oliva", e os jornais "Zero Hora", "Minuano", "Correio do Sul", "O Dia", "Jornal do Brasil", "Correio do Povo", "Jornal de Angola", "O Liberal", "A Tarde" etc, e ainda sites na internet como, por exemplo, o "Canal Justiça".

Vale ressaltar, também, a integração do MPM ao projeto TV Justiça, que permite a propagação das ações do órgão na esfera jurídica e mostra ao público em geral a sua importância o modo de funcionamento da Justiça Militar. Do segundo semestre de 2002 para cá, programas como "Procuradoria em Geral" e o "Jornal da Justiça" inseriram várias vezes matérias sobre o Ministério Público Militar e entrevistas com seus membros.

Também nessa gestão, foi criado o MPM Notícias que está na décima primeira edição levando informações às procuradorias regionais, outros ministérios públicos, associações e tribunais. Ainda na linha informativa,



TV Justiça: Flashes de bastidores

foi resgatada, após quatro anos fora de circulação, a publicação da Revista do Ministério Público Militar, com tiragem inicial de 700 exemplares destinados a um público dirigido, representando uma ação relevante para a preservação da imagem institucional e sua positiva con-solidação no campo de atuação do Direito Militar. Fazem parte do Conselho Editorial, além do coordenador Péricles Queiroz, a procuradora Arilma Cunha da Silva, e os promotores Luis Antonio Grigoletto e José Luiz Pereira Gomes.

Nas iniciativas desse setor, houve ainda a inauguração do novo site do MPM ([www.mpm.gov.br](http://www.mpm.gov.br)), com crescente revitalização, incluindo notícias *on-line* pela Internet, e a recente inserção do *clipping* e da síntese diária em formato eletrônico.

## Solenidades e Eventos



1ª Sessão da Procuradora-Geral no STM



Geraldo Brindeiro discursando na posse da Dra. Marisa Cauduro



Visita do Comandante do Exército



Seminário Direito Militar no STM



Seminário Justiça Militar Contemporânea



Apuração da eleição na PGJM



Assinatura do termo de posse



Seminário Direito Internacional Humanitário



Recebimento da Ordem do Mérito Judiciário Militar

Outro fator de fortalecimento da imagem institucional é a atuação política, na qual a representante de uma entidade pública se faz presente em solenidades e em eventos de outras instituições. Administrando em sua agenda os compromissos internos e as prioridades judiciais, Marisa Cauduro participou de posses de procuradores-gerais de outros ministérios públicos, de encontros do CNPG, cerimônias e condecorações militares, despedida de ministros, reuniões promovidas por embaixadas.

Por outro lado, a PGJM também promoveu importantes acontecimentos para a instituição. O destaque é para a solenidade de Entrega das Medalhas da Ordem do Mérito Ministério Público Militar, evento comemorativo dos 82 anos de existência do Órgão, destinado a agraciar personalidades e organizações civis e militares que prestaram meritórios serviços à entidade. Concedida nos graus de Grã-Cruz, Alta-Distinação, Distinação e Bons Serviços, foram no total 81 pessoas agraciadas. Receberam as Insígnias da Ordem do Mérito Ministério Público Militar, ainda, os estandartes do Comando da Marinha; da 6ª Região Militar "Região Marechal Cantuária"; e da Legião Paranaense do Expedicionário.

Na mesma ocasião, de forma inovadora, houve o lançamento do Carimbo Comemorativo dos 82 anos do MPM. Diante das autoridades presentes, o carimbo foi registrado em cartelas, sobre o bloco de selo em homenagem à "Presença Militar na Amazônia". Essa peça filatélica circulou em todo o território nacional e atualmente compõe o acervo do Museu Postal dos Correios.

Responsável pela organização do 29º Encontro do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais dos Estados e da União, ocorrido de 26 a 28 de agosto, a PGJM sediou a cerimônia de abertura. Compareceram, entre outras personalidades, a ministra de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, a época, Anadyr de Mendonça Rodrigues e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.



Posse da Procuradora-Geral na PGR



29º Encontro dos Corregedores-Gerais

# Intercâmbio e Cooperação



Posse da Chefe de Gabinete e do  
Diretor-Geral



Lançamento do carimbo comemorativo dos  
82 anos



Subprocuradores-gerais na entrega da Ordem  
do Mérito Ministério Público Militar



Marisa Cauduro com os homenageados na  
categoria Grã-Cruz



Personalidades presentes no evento dos 82 anos



Despedida da servidora Cleusa Rodrigues

No campo internacional, vários contatos foram mantidos nesse primeiro ano de gestão. Além das visitas de embaixadores e outros representantes de importantes países ao gabinete da procuradora-geral Marisa Cauduro, houve a concretização de protocolos de cooperação e maior aproximação com nações que mantêm relações diplomáticas com o Brasil.

O principal destaque é para a visita oficial da delegação do MPM a Luanda, Angola, a convite das autoridades locais para intercâmbio de experiências. Na ocasião, a procuradora-geral foi recebida pelo procurador-geral da República, Augusto da Costa Carneiro, pelo presidente em exercício do Tribunal Supremo, Antonio Caetano, e pelo vice-ministro da Defesa Nacional, Félix Abraão. Vários eventos marcaram a visita, como por exemplo, o Seminário Internacional dos Ministérios Públicos Militares do Brasil e de Angola e no final houve a publicação da Carta de Luanda com proposições conjuntas

Em Brasília, Marisa Cauduro e outros membros da instituição receberam a visita da delegação da Procuradoria-Geral Militar do Exército Popular da China, chefiada pelo vice-procurador-geral militar Gao Laifu. Na ocasião, membros do MPM e da comitiva chinesa trocaram informações sobre o funcionamento da justiça militar nos dois países.

Já a visita do procurador-geral adjunto para crimes ordinários, e vice-procurador-geral da República do Timor Leste, Amandio de Sá Benevides, e do adjunto do comissário da

Polícia e diretor nacional da polícia de investigação criminal da república de Moçambique, José Domingos Tomás, aconteceu durante reunião de diretores de Polícia Judiciária, ocorrida em Brasília, em dezembro passado.



Visita comitiva da China



Delegação do MPM em Luanda



Representantes do Timor Leste e  
Moçambique



Visita do representante da Cruz-Vermelha



Visita a Angola

Institucionalmente, é preocupação central dessa gestão desenvolver uma política de valorização do Ministério Público Militar como entidade jurídico-militar aceita e reconhecida como tal, não só pelos seus membros, como também por todo o meio jurídico e pela sociedade em geral. Com essa finalidade, entre outras ações, a procuradora-geral Marisa Cauduro estabeleceu diversas parcerias, firmou convênios, estreitou relacionamentos, sediou e promoveu encontros.



Reuniões do CNPGJ



**INGRESSO NO CNPGJ** - O MPM integrou-se ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPGJ, em 1º de agosto, com direito à voz e voto nas reuniões do colegiado, deixando a condição de visitante, cuja participação se mantinha dessa forma desde 1996.



Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais no MPM

Intensificou, também, sua participação no Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNCGM. A atuação expressiva no CNCGM culminou com a eleição do corregedor-geral do MPM, Péricles Aurélio Lima de Queiroz, em novembro, para a presidência da entidade.

**ESMPU**  
Um feito importante foi o estreitamento das relações da instituição com a Escola Superior do Ministério



Público da União - ESMPU e a Fundação Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário - IBDMH, com a participação ativa de membros do MPM na coordenação e na realização de cursos e eventos. A destacar, os seminários realizados pela ESMPU em Juiz de Fora e Brasília, coordenados, respectivamente pelo procurador Antonio Pereira Duarte e pela procuradora Maria de Lourdes Gouveia Sanson. E, ainda, a conferência internacional proferida por Sven Peterke, pesquisador do Instituto de Direito Internacional da Paz e dos Conflitos Armados, da Universidade de Ruhr, de Bochum - Alemanha, no auditório da PGJM, em agosto (7), sobre o tema "Direito Internacional Humanitário e Terrorismo".

Em novembro, o MPM sediou e prestou apoio ao "Seminário Justiça Militar Contemporânea", organizado pela ESMPU e pela PJM/DF, ocorrido durante três dias no auditório da PGJM, com oito palestras versando sobre temas atuais, em especial, a jurisdição penal internacional, os crimes de guerra e os crimes militares.

Aula Inaugural do curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados



## Institucional

**PARCERIAS E CONVÊNIOS-** Ainda em colaboração com a ESMPU e o IBDMH, o MPM participou na elaboração do curso de pós-graduação em Direito Internacional dos Conflitos Armados, aberto em 10 de março, no auditório da PGJM. Organizado em parceria com a Universidade de Brasília - UnB e a Universidade de Ruhr, de Bochum - Alemanha, o curso conta com a presença de oito membros do MPM entre os alunos.

Durante a realização da reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPGJ, em outubro, no auditório da PGJM, foram firmados convênios com órgãos do Governo Federal para

otimizar a circulação de informações de interesse das procuradorias. Com a Agência Brasileira de Inteligência - Abin, para a viabilização de programas de capacitação de promotores de justiça, especialmente para os integrantes do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC;

com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça - SDE e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE para o intercâmbio de informações relacionadas à defesa da ordem econômica, visando maior agilidade e efetividade nas ações de repressão às práticas de cartel e com a Secretaria de Receita Federal - SRF o objeto é o fornecimento de acesso *on-line* às bases de



Aula sobre conflitos armados na UnB



Encontro com o senador Bernardo Cabral durante reuniões em Manaus



Procuradora-Geral entrega panóplia ao ex-presidente do CNGCMP



Subprocurador-Geral Carlos Frederico

dados dos sistemas de Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, aos membros habilitados do Ministério Público.

**GRUPOS DE TRABALHO** - De extrema importância foi a participação dos subprocuradores-gerais Carlos Frederico Pereira e Adriana Lorandi, no Grupo de Trabalho "Estatuto de Roma" que redigiu anteprojeto de lei federal que prevê a tipificação de mais de 60 novos crimes, e n q u a d r a d o s como genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade, entre outros. O documento foi entregue em outubro ao ministro da Justiça, a época, Paulo de Tarso

Ribeiro. Houve, também a integração de membros do MPM ao Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC e ao Grupo de Trabalho, criado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para discutir a questão da presença de militares em terras indígenas e a criação do grupo que pesquisa os casos de armamento desaparecido, nos últimos anos, das Forças Armadas.



**INTEGRAÇÃO REGIONAL** - Pela primeira vez a instituição realiza um evento com os objetivos de promover a integração regional dos seus membros, entre si, e com os órgãos da administração superior, bem como aperfeiçoamento. Realizado, em Porto Alegre, o I Encontro Regional do Ministério Público Militar, em setembro de 2002, reuniu 18 membros das procuradorias de

Bagé, Santa Maria, Curitiba, São Paulo e da capital gaúcha, para discussão de temáticas relevantes dentro das novas tendências do Direito Penal Militar e de Processo Penal Militar.



Encontro Regional em Porto Alegre

8

**FORÇAS ARMADAS** - Responsáveis pela condução de seus inquéritos policiais militares, as Forças Armadas desempenham importante papel, junto aos promotores da justiça militar, para a consecução de um bom trabalho investigatório. Nesse sentido, foram restabelecidas e intensificadas as boas relações com as instituições militares, o que fica evidenciado nas comendas recebidas pela procuradora-geral das três Forças Armadas nesse primeiro ano de gestão.



Medalha do Mérito Tamandaré - Marinha



Medalha do Pacificador - Exército

## Administração e Equipamentos



Datashow instalado no auditório

Nos últimos doze meses, embora com orçamento reduzido, a Direção-Geral promoveu investimentos não só em infra-estrutura como também na aquisição de bens necessários ao bom desenvolvimento das atividades fins.

Tanto a PGJM, quanto as PJMs regionais, tiveram equipamentos e mobiliários trocados e ou

instalados visando a contínua melhoria nas condições de trabalho. Com essa finalidade as procuradorias de Porto Alegre e São Paulo foram reequipadas com móveis e equipamentos variados.

Para atender à expressiva demanda pela modernização e ampliação do parque computacional do órgão foi a aquisição de dois servidores de rede e 37 microcomputadores do equipamento de informática.

Quatro veículos oficiais foram

adquiridos e outros dois foram incluídos à frota por doação do Supremo Tribunal Federal - STF.

Ação igualmente importante, deflagrada logo no primeiro mês de gestão, foi a extensão administrativa do pagamento dos 11,98%, decorrentes da conversão da URV, a todos os membros ativos, inativos e pensionistas do MPM. Em razão da elevação, pelo STF, do teto remuneratório - em R\$ 13.910,40 - para o judiciário, em janeiro de 2002, a Procuradora-Geral resolveu estender aos membros do MPM essa decisão a partir de abril retroativamente à janeiro.

## Valorização e

## Aperfeiçoamento



"Fortalecer funcional e culturalmente o Ministério Público Militar, viabilizando de modo democrático, a participação de todos os seus integrantes, em cursos, seminários, palestras, estágios, congressos nacionais e internacionais e representações, em sistema de rodízio e com critério divulgados em tempo hábil" é um dos itens da Política Institucional integrante do "Programa de Ação" da atual gestão do MPM, que vem sendo efetivamente praticado.

Nesse último ano, foi oferecido treinamento a 178 membros e

servidores. Através das parcerias firmadas com outros ramos do Ministério Público da União, especialmente, com a ESMPU e da realização de cursos ministrados nas dependências da Procuradoria-Geral, com o propósito de se alcançar melhores resultados com menores custos, houve a participação regular de membros do MPM em palestras e seminários por todo país. Vale lembrar que, nessa gestão, a escolha dos participantes em eventos e cursos a que o MPM foi convidado é feita por meio de sorteio entre os interessados, não mais por indicação.

Também foram desenvolvidas, nesse período, ações conjuntas entre as áreas de recursos humanos e assistência à saúde que imple-

mentaram programa profilático, dirigido a membros e servidores, promovendo campanhas educativas, palestras e cursos anti-estresse, fatores que concorrem para melhoria da qualidade de vida do corpo funcional. Desde a posse da nova diretoria-geral foram realizadas nove reuniões administrativas.

Com vistas à especialização, em âmbito internacional, houve as participações do procurador Giovanni Rattacaso e da promotora Helena da Mota, escolhidos por sorteio, no 96° *International Military Course on the Law of Armed Conflict*, realizado em San Remo, na Itália, onde foram debatidos temas em torno dos princípios gerais do direito humanitário.



Reunião Administrativa



# Autonomia e Integração

## Conselho Superior do MPM



10

Sob a presidência da procuradora-geral Marisa Cauduro, o Conselho Superior do Ministério Público Militar - CSMMPM, composto por todos os subprocuradores, reuniu-se dez vezes ordinariamente e sete vezes extraordinariamente. As sessões contaram com a participação efetiva de todos os conselheiros que apreciaram temas relevantes ao pleno funcionamento da instituição, de acordo com regimento interno, como por exemplo proposta orçamentária do MPM para 2003; alterações em leis relativas à justiça militar; definição das procuradorias que terão correições ordinárias; pedidos de remoção e transferência de procuradores e promotores.

Entre as decisões tomadas pelo conselho nesse período, destacam-se a invalidação das portarias que criavam o 2º Ofício da Procuradoria da Justiça Militar no Distrito Federal

e o Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar (NICE) nas procuradorias da Justiça Militar no Rio de Janeiro.

Também de grande relevância foi a regulamentação, pelo conselho, do Procedimento de Diligência Investigatória Criminal - PDIC, providência de natureza ad-

ministrativa, que segundo os conselheiros há muito necessitava de uma normatização.

Em outra deliberação do conselho foi enviada moção ao presidente da República contra o projeto de lei nº 6040/02, encaminhado ao Congresso Nacional, alterando o Código de Processo Penal Militar, conferindo ao Juiz-



Reunião do Conselho Superior do MPM - 05 de Setembro de 2002

Auditor competência para requisitar inquérito. O Conselho decidiu, também, remeter ao Congresso Nacional uma manifestação de repúdio da instituição à denominada "Lei da Mordaza", que tramita naquele

órgão legislativo.

Ação desenvolvida em 2002, destacada por todos os participantes do conselho, foi o novo espaço para realização das reuniões, no auditório da sede da PGJM. "Após pequenas adaptações, o auditório que antes só possuía espaço para a platéia, agora pode ser remodelado para receber as reuniões do conselho de forma mais confortável e com recursos tecnológicos que facilitam os trabalhos", diz Pedro Alvarenga, diretor-geral responsável pela implantação das reformas.

## Membros do Conselho Superior:

Kleber de Carvalho Coêlho  
Mário Sérgio Marques Soares  
Rita de Cássia Laport  
Carlos Frederico de O. Pereira  
Roberto Coutinho  
Edmar Jorge de Almeida  
Nelson Luiz Arruda Senra

Pêricles Aurélio L. de Queiroz  
Solange Augusto Ferreira  
Marisa T. Cauduro da Silva  
Alexandre Carlos U. Concesi  
Adriana Lorandi  
Luiz Antonio Bueno Xavier

## Corregedoria-geral

Reconduzido ao cargo de corregedor-geral do Ministério Público Militar para o biênio 2002/2004, o subprocurador-geral Péricles Aurélio Lima de Queiroz realizou quatro correições em procuradorias da Justiça Militar no ano de 2002: duas ordinárias e duas extraordinárias. De 2002 para cá, foram abertos 32 processos para análise da atuação funcional ou a conduta de membros do MPM.

As procuradorias de Juiz de Fora, em Minas Gerais e Fortaleza, no Ceará, receberam a visita do corregedor-geral nos meses de outubro e novembro, respectivamente, para as correições ordinárias, determinadas em sessões do Conselho Superior do MPM. As correições extraordinárias aconteceram na PJM Brasília, para exame e verificação do exercício extrajudicial do Ministério Público, especialmente no que se refere aos procedimentos de investigação direta.

A correição ordinária é uma atividade regular e programada da Corregedoria-Geral. Consiste na visita do corregedor à procuradoria para verificação da atuação judicial e extrajudicial dos membros. Na oportunidade, o corregedor também realiza reuniões com membros e servidores onde são avaliados métodos para otimização dos trabalhos. "A atividade correicional possui hoje o sentido de valorizar a atuação, pesquisando experiências locais bem sucedidas, reorientando áreas deficientes e, enfim, proporcionando diálogo ativo e preciso com vista ao aperfeiçoamento da atividade-fim", define o corregedor.

Ainda em 2002, a Corregedoria-geral do MPM participou da organização de dois encontros de corregedores: o primeiro em Manaus, em novembro, onde o corregedor do MPM foi eleito presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNCGMP, em reconhecimento à sua efetiva atuação no colegiado; e o segundo em Brasília, na sede do MPM, em dezembro, quando Péricles Aurélio Lima de Queiroz tomou posse no cargo.

Já em 2003, sob a nova presidência, o CNCGMP reuniu-se em Ouro Preto, no mês de março, onde foram deliberadas prioridades e questões relevantes como o princípio da independência funcional.



11

## Câmara de Coordenação e Revisão

Órgão coordenado pelo subprocurador-geral Carlos Frederico de Oliveira Pereira, tem a função de integrar e revisar o exercício funcional na Instituição. Observando-se sempre o princípio da independência funcional, essa entidade manteve o intercâmbio com outras afins, encaminhou informações técnico-jurídicas às diversas procuradorias do MPM, manifestou-se sobre arquivamentos de inquéritos policiais militares, bem como resolveu sobre a distribuição especial de feitos quando necessário. Nesse sentido, foi respeitada e valorizada a índole deliberativa da Câmara de Coordenação e Revisão, reconhecendo-lhe a autonomia funcional, conforme política institucional da atual gestão. Desde 25 de abril, data da nomeação do atual coordenador, a CCR reuniu-se ordinariamente em 19 ocasiões e nesse mesmo período foram encaminhados para análise por seus membros mais de 100 Procedimentos de Diligência Investigatória Criminal, aproximadamente 30 Inquéritos Policiais Militares e cerca de 13 correições parciais.



Secretaria da Câmara



Na área administrativa, em seu primeiro ano de gestão, a procuradora-geral Marisa Cauduro, esforçou-se, particularmente, em dotar a instituição de instalações e meios adequados à plena realização das atividades ministeriais desempenhadas. Com esse objetivo, ações foram desenvolvidas em várias procuradorias regionais e na PGJM.

Conclusão das obras da sede da Procuradoria da Justiça Militar em Porto Alegre, inaugurada dia

21 de agosto, em solenidade que contou com a presença de autoridades civis e militares da região. Na ocasião a procuradora-geral entregou panóplias do MPM a Evaldo Kupski e ao tenente Alexandre Guella Fernandes pelas contribuições na edificação da sede.



12

Recebimento, em 2 de setembro, do termo de cessão de área para construção da sede da Procuradoria da Justiça Militar em Curitiba, projeto que já está em andamento. O lote, localizado na Rua Lange de Morretes, no bairro de Jardim Alvorada, tem área de 1.200 m<sup>2</sup> e foi cedido pela União sem ônus para o MPM. Outra procuradoria que terá sede própria em breve é a de Manaus, cujas obras de edificação já foram iniciadas.



Transferência da sede da Procuradoria da Justiça Militar em Brasília da subsede da PGJM para complexo de salas locadas no edifício Liberty Mall, situado em região central da capital federal. Na solenidade de inauguração da nova sede, o procurador Giovanni Rattacaso, agradeceu à procuradora-geral e ao diretor-geral, coronel Pedro Alvarenga, pelos esforços em concretizar "tão antiga aspiração". Também a Procuradoria da Justiça Militar em Belém passou a ocupar, desde o ano passado, instalações condizentes ao atendimento de suas atividades, em imóvel alugado.



Reformas e mudanças em espaços internos no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Em especial, adaptações no auditório que passa a abrigar, também, a sala de reuniões do Conselho Superior do MPM. Esse ajuste permite configurar o auditório, conforme seja a necessidade do evento.